

ENGH82 – POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SANEAMENTO

Carga Horária: 51h

Créditos: 3.0

Ementa

Noções conceituais sobre políticas públicas e sociais, administração pública, governabilidade e cidadania. Os conceitos de políticas públicas e sua aplicação à área de saneamento. Saneamento como direito social. A natureza dos serviços de saneamento. Políticas públicas de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, discussões contemporâneas e a Lei n. 11.445/2007. Avaliação de políticas públicas de saneamento. Gestão dos serviços: planejamento, regulação, fiscalização e prestação. Gestão associada. Participação e controle social. Modelos de organização dos serviços. Integração com outras políticas públicas.

Referências

1. AGUDO, Pedro Arrojo et al. Lo público y lo privado em la gestión del água: Experiências y reflexiones para el siglo XXI. Madrid: Ediciones Del Oriente y Del Mediterráneo, 2005.
2. ALVES, Alaôr Caffé. Saneamento Básico. Concessões, Permissões e Convênios Públicos. 1.ed. Bauru, S.P.: Edipro, 1998.
3. ALVES, Vladimir. Comentários à Lei dos Consórcios Públicos. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2006.
4. ASSIS, João Batista Lucena de (Org.). Controle Social no Saneamento: perspectiva para uma cidade saudável. Natal: ARSBAN, 2007.
5. BAHIA. Lei n. 11.172, de 01/12/2008 - Institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico... Salvador: D.O.E., 02/12/2008.
6. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Capitalismo Tardio. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
7. BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v.75)
8. BORJA, Patrícia Campos. Política de Saneamento, Instituições Financeiras Internacionais e Mega Programas: um olhar através do Programa Bahia Azul. Salvador. 2004. 400f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
9. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Coord. Berenice de Souza Cordeiro. Brasília: Editora, 2009. 239p. (Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos; v.1)
10. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Conceitos, características e interfaces dos serviços públicos de saneamento básico. Coord. Berenice de Souza Cordeiro. Brasília: Editora, 2009. 193p. (Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos; v.2)
11. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Prestação

- dos serviços públicos de saneamento básico. Coord. Berenice de Souza Cordeiro. Brasília: Editora, 2009. 277p. (Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos; v.3)
12. BRASIL. Lei n. 14.026, de 15/07/2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasília: D.O.U., 16/07/2020.
 13. BRASIL. Lei n. 12.305, de 02/08/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos... Brasília: D.O.U., 03/08/2010.
 14. BBRASIL. Lei n. 11.445, de 05/01/2007 - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico... Brasília: D.O.U., 08/01/2007.
 15. BRASIL. Lei n. 11.107, de 06/04/2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 07/04/2005.
 16. BRASIL. Lei n. 11.079, de 30/12/2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: D.O.U., 31/12/2004.
 17. BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
 18. CARVALHO, Vinícius Marques de. O Direito do Saneamento Básico. São Paulo: Quartier Latin, 2010. (Coleção Direito Econômico e Desenvolvimento; v.1)
 19. CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. Water and Sanitation Services: Public Policy and Management. London; Sterling, VA: Earthscan, 2009.
 20. CORREIA, Maria Valéria Costa. Que Controle Social: Os conselhos de Saúde como Instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
 21. CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios para o Controle Social: subsídios para a capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
 22. COSTA, André Monteiro. Avaliação da Política Nacional de Saneamento, Brasil - 1996/2000. 2003. 248f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.
 23. COSTA, Nilson do Rosário. Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: Saúde e Saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.
 24. COUTINHO, Marcelo Libânio. Comparação entre modelos de gestão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, segundo indicadores de saúde pública, operacionais e sociais, nos municípios de Minas Gerais (1989-1998). 2001. 181f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente) - Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
 25. CRUZ, Carlos Oliveira; SARMENTO, Joaquim Miranda. Manual de Parcerias Público-Privadas e Concessões. 1.ed. Lisboa: Edições Silabo, 2019.
 26. CYNAMON, Szachna Elias et al. Saneamento e saúde ambiental no Brasil.

- In: LEAL, M.C. et al. (Org). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. v. II. Rio de Janeiro-S. Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992. p.153-170.
27. DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Polêmicas do nosso tempo. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.
 28. FABRIANI, Carmen Beatriz; PEREIRA, Vera Maria C. Tendência e divergências sobre o modelo de intervenção pública no saneamento básico. Rio de Janeiro: FEI/UFRJ, 1987. (Discussão, 124)
 29. HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009.
 30. HELLER, Léo; AGUIAR, Marluce Martins de; REZENDE, Sonaly Cristina. Participação e Controle Social em Saneamento Básico: Conceitos, Potencialidades e Limites. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
 31. HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento. As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec-ANPOCS, 1998.
 32. JOHNSON, Bruce Baner; SAES, Flávio Azevedo Marques; TEIXEIRA, Hélio Janny; WRIGHT, James Terence Coulter. Serviços Públicos no Brasil. Mudanças e Perspectivas. Concessão, Regulamentação, Privatização e Melhoria da Gestão Pública. São Paulo: Edgard Blucher, 1996.
 33. KISHIMOTO, Satoko; STEINFORT, Lavinia; PETITJEAN, Olivier. The Future is Public: Towards Democratic Ownership of Public Services. Amsterdam; Paris: Transnational Institute; Multinationals Observatory; Public Services International Research Unit; University of Glasgow, 2020.
 34. LIMA, José Dantas de. Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil. Rio de Janeiro: ABES, 2005.
 35. LIMA, José Dantas de. Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal: instrumento de integração regional. Rio de Janeiro: ABES, 2003.
 36. MORAES, Luiz Roberto Santos; BORJA, Patrícia Campos. Política e Plano Municipal de Saneamento Ambiental. Experiências e Recomendações. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde : Ministério das Cidades, 2005.
 37. OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.
 38. PICININ, Juliana; FORTINI, Cristiana (Org.). Saneamento Básico: Estudos e Pareceres à Luz da Lei n. 11.445/2007. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
 39. PROENÇA, Jadir Dias; COSTA, Patrícia Vieira; MONTAGNER, Paula (Org.). Desafios da regulação no Brasil. Brasília: ENAP, 2009.
 40. REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMS; Escola de Engenharia da UFMG, 2008.
 41. RICO, Elizabeth M. et al. Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.
 42. SALES, Maria José. Política Nacional de Saneamento: percorrendo caminhos em busca da universalização. 2009. 185f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
 43. SANTOS JR., Orlando Alves dos; BRITTO, Ana Lúcia; PORTO, Hélio Ricardo Leite (Org.). Políticas de Saneamento Ambiental: Inovações na Perspectiva do Controle Social. Rio de Janeiro: FASE, 1998. (Série Seminários e Eventos; 2)
 44. YESCOMBE, E.R.; FARQUHASON, Edward. Public-Private Partnership for Infrastructure: Principles of policy and finance. 2nd. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2018.